

Ana Paula Cordeiro PEREIRA
Arnaldo da Costa SOUSA
Fernando Trindade dos SANTOS FILHO
Gabrielle Machado BURES
Natália da Silva PARMINONDI
Renan de Oliveira FERREIRA
Discentes em Ciências Contábeis

Carolina Rodrigues MANZATO
Fernando José Cortecero CRUZ
Flávio de Lima SOUZA
Ermerson Rogério de SOUZA
Docentes da União das Faculdades dos Grandes Lagos

RESUMO

O Terceiro Setor abrange diversas Entidades consideradas Sem Fins Lucrativos, desempenhando funções cada vez mais amplas e relevantes na sociedade. Junto ao seu crescimento surge a necessidade de que estas Entidades demonstrem clareza em seus resultados obtidos. Mesmo com a visão voltada para o Social, o Terceiro Setor também tem um processo econômico que precisa ser controlado e divulgado aos seus usuários, sendo a Contabilidade uma ferramenta essencial para o desenvolvimento destas, fazendo com que as mesmas tenham uma imagem positiva na sociedade. O auxílio da Contabilidade virá, principalmente com as várias formas de evidenciação contábil, sendo de grande importância o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade. O papel do Contador no Terceiro Setor, além de apurar e divulgar as ações da entidade onde atua, é medir os impactos destas ações, demonstrar a importância da entidade e em última análise, contribuir para a continuidade de suas atividades. Os responsáveis por passarem todas informações das ONG's (organizações não governamentais) ao Contador, são os Assistentes Sociais, são eles quem vão dar todas informações necessárias para que o Contador possa fazer uma provisão de quanto recurso precisarão captar antes de iniciarem qualquer projeto. Neste trabalho mostraremos como a entidade da APAE de Votuporanga elaborou seu Plano de Trabalho, a área de atuação, quais são seus objetivos com este trabalho social e como serão distribuídos todos os recursos solicitados aos órgãos públicos Municipal, Estadual e Federal.

PALAVRAS CHAVE

Terceiro Setor – Administração – Assistente Social – Prestação de Contas

1 INTRODUÇÃO

Em entidades do Terceiro Setor é imprescindível que haja transparência na gestão, pois a ocorrência de atos ilícitos prejudica a captação de recursos, tendo em vista que esses recursos são providos ou pelo poder público, através de doações, ou pela sociedade civil através de doações, contribuições e/ ou trabalho voluntário.

As entidades filantrópicas também são parte integrante do Terceiro Setor da economia nacional. Tal setor é composto pelas organizações da Sociedade Civil, de finalidade não lucrativa, com o objetivo do bem comum. O Terceiro Setor ocupa uma lacuna entre o Primeiro Setor, este que é composto pela esfera pública, e o Segundo Setor, composto pela iniciativa privada.

A escrituração contábil é obrigatória e necessária para todas as entidades, independentes de sua natureza jurídica, tamanho ou finalidade, conforme estabelece as normas brasileiras de contabilidade, torna-se perceptível, visto que a dificuldade na obtenção de recursos e manutenção das atividades, a contabilidade, focada na gestão de custo, apresenta-se como ferramenta para enfrentamento de tal dificuldade.

Este estudo justifica-se pela importância que a contabilidade tem perante tal setor da sociedade brasileira, pois, não bastasse sua necessidade como ferramenta de gestão, tem sua relevância quanto às formalidades legais que as entidades de assistência social estão impostas, pois além de estarem sob o abrigo da filantropia, gozam de outro benefício, a imunidade tributária, da qual a contabilidade regular é um pré-requisito.

2 DEFINIÇÃO DE TERCEIRO SETOR

O Terceiro Setor compreende um conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos e não governamentais que realizam atividades complementares às públicas, nas áreas de educação, assistência social, tecnologia e outras de relevantes interesses sociais. Essas organizações estão situadas ao lado dos outros dois setores da sociedade: o Primeiro Setor, ocupado pelo Estado, e o Segundo Setor, do qual fazem parte todas as entidades privadas que têm finalidade lucrativa, isto é, as empresas.



O Terceiro Setor, apresenta as seguintes características básicas:

- a. Promoção, de ações voltadas para o bem-estar comum da coletividade;
- b. Manutenção, de finalidades não-lucrativas;
- c. Adoção, de personalidade jurídica adequada aos fins sociais (associação ou fundação);
- d. Atividades, financiadas por subvenções do Primeiro Setor (governamental) e doações do Segundo Setor (empresarial, de fins econômicos) e de particulares;
- e. Aplicação, do resultado das atividades econômicas que porventura exerça nos fins sociais a que se destina;

- f. Desde que cumpra requisitos específicos, é fomentado por renúncia fiscal do Estado. **(CFC, MANUAL DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PARA FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, 2007, p. 23)**

Referente à denominação “sem fins lucrativos” estas entidades podem e devem ter sobras financeiras. Não ter fins lucrativos não significa que as receitas destas entidades devem ser limitadas aos seus custos operacionais, mas que não podem é distribuir lucros. Essas entidades são obrigadas a aplicar seus recursos para que possam progredir, modernizando e ampliando suas instalações, promovendo a manutenção dos seus objetivos institucionais.

2.1 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ÀS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

Devido ao caráter social da atividade desenvolvida pelas entidades de interesse social, o governo procura auxiliar o setor com a concessão de benefícios financeiros e fiscais, em destaque, as doações e subvenções. Porém, é na parte Fiscal que estão identificados os maiores benefícios para essas instituições, como exemplo a imunidade tributária e a isenção.

A imunidade decorre de norma constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao Poder Público, no que diz respeito a instituição, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outras limitações. **(CFC, 2007)**

Os requisitos para se obter imunidade tributária estão contidos no art. 14, incisos I, II, e III, do Código Tributário Nacional, que dispõe:

Art. 14. O disposto na alínea e do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II – Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. **(CFC, 2007, p.38)**

Já a Isenção é a inexigibilidade temporária do tributo, devido previsão em lei, mesmo com a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. A isenção diferencia-se da imunidade, pois, a imunidade tem caráter permanente, somente podendo ser mudada com a alteração da Constituição Federal, enquanto a isenção é temporária, ou seja, já na sua concessão pode-se delimitar prazo de vigência, pois decorre de lei. **(CFC, 2007)**

Para o gozo da imunidade, as instituições estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a. Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da secretaria da receita federal;
- f. Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrente;

- g. Assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
Além de outros requisitos, estabelecidos em lei específica. **(JUSBRASIL – GOMES, ADRYELLE)**

2.2 ADMINISTRAÇÃO NO TERCEIRO SETOR

Administrar adequadamente as organizações do terceiro setor requer, antes, estabelecer o perfil do profissional necessário. Partindo do pressuposto que as organizações do terceiro setor atuam revestidas de princípios éticos, voltados para a responsabilidade pública, pode-se afirmar que os seus profissionais deverão, culturalmente, possuir o mesmo perfil.

Os humanistas entendiam que o sistema industrial e a empresa funcionavam como variáveis independentes, sendo o principal objetivo, da administração reforçar o comportamento que desse suporte à racionalidade específica da empresa. Assim a aplicação das Relações Humanas resultou na inclusão total do trabalhador na organização.

Na era da informação, a ausência desta traz consigo deficiências que impedem o desenvolvimento de uma Entidade, tornando-se alvo da não credibilidade perante o público, além de dificultar nas suas ações e planejamento, que envolvam a elaboração de projetos e atividades relacionadas ao fim proposto.

Silva (2008, pag. 21) destaca que a despeito das similaridades nas atividades gerais de um administrador, seus trabalhos individuais são muito diferentes. O trabalho individual, além de diferenciado é influenciado por fatores como:

- a. Natureza da organização, sua filosofia, objetivos e tamanho.
- b. Tipo de estrutura (organograma).
- c. Atividades e tarefas realizadas.
- d. Tecnologia e métodos de realização do trabalho.
- e. Natureza do pessoal empregado.
- f. Nível do trabalho administrativo na organização.
- g. Além dessas tarefas, Drucker identifica cinco operações básicas no trabalho administrativo, São elas:
- h. **Estabelecer objetivos** para cada área ou setor e descrever o que precisa ser feito para alcança-los.
- i. **Organizar** as atividades, decisões e relações necessárias para classificar e dividir o trabalho, e criar a estrutura organizacional.
- j. **Comunicar e motivar** para a obtenção de uma equipe de pessoas responsáveis por vários cargos.
- k. **Medir/avaliar** estabelecendo os alvos e as medições de desempenho tanto do indivíduo como da organização como um todo.
- l. **Desenvolver pessoas**, dirigindo, encorajando e treinando de modo a desenvolver os próprios subordinados.

No terceiro setor, os esforços de cada estratégia e empenho são direcionados às causas sociais e filantrópicas, mas mesmo assim, a administração deve ser forte e bem planejada para gerar resultados. Além do mais que, essas organizações não governamentais sobrevivem de arrecadações, parcerias e doações. Essa é a grande diferença para um administrador, pois estão acostumados a administrar empresas para a geração de lucro, já as empresas do terceiro setor o indicador de bom desempenho é demonstrar resultado positivo em uma atividade ou ação social, por exemplo.

Para o administrador do terceiro setor é de grande importância que ele faça uma divulgação dos trabalhos realizados, das causas sociais feitas, divulgação das finanças e gastos, tudo isso para manter os doadores informados e motivados a ajudar nas causas sócias.

3 ESTUDO DE CASO (APAE VOTUPORANGA)

A APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), fundada em 16 de outubro de 1972 na cidade de Votuporanga, é uma Associação Civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede na Rua Tietê, nº 4860, bairro Parque São Pedro, e foro no município de Votuporanga, estado de São Paulo. Surgiu da necessidade de promover atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência. Como característica de uma Associação, a mesma depende de recursos de terceiros para dar andamento aos seus ideais, ou melhor, para desempenhar a honrosa missão que abrange principalmente o município de Votuporanga, recebendo também dos municípios vizinhos (Álvares Florence, Américo de Campos, Cosmorama e Parisi) crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência que necessitam de apoio constante.

Hoje há duas modalidades no acompanhamento familiar:

- a. Grupo Socioeducativo: Tem por finalidade trabalhar os três principais enfoques; convívio, autonomia e cuidado.
- b. Grupo de Desenvolvimento familiar: É um grupo voltado para a reflexão de discussões relacionadas às questões familiares.

Conforme o **Art. 2º**: ...é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos...

Art. 3º: ...tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. (**Estatuto Social da APAE de Votuporanga**)

Além da comunidade local e das parcerias realizadas com as diversas secretarias municipais e instituições privadas, hoje a APAE de Votuporanga conta com o trabalho dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e dos CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). E são essas parcerias, juntamente com o empenho de seus dirigentes, que tem possibilitado a elaboração de projetos sociais éticos, buscando resultados eficazes diante o problema de seus usuários.

A APAE tem por finalidade promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade vida. Com a ação da equipe assistencial será sempre pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, na aceitação e valorização das diversidades e na redução da sobrecarga decorrente da prestação de cuidados diários. A APAE desenvolve seu trabalho com atividades específicas e direcionado ao público em questão, realizando uma grande diversidade de ações em busca de qualificar e oportunizar uma vida melhor aos usuários.

Vale ressaltar que a APAE de Votuporanga, ainda assim não consegue atender na integra todos os requisitos necessários para uma melhor qualidade de vida aos usuários, pois as ações de trabalho previstas no

cronograma, não estão de acordo com as necessidades dos usuários, mas sim de acordo com os recursos financeiros destinados aos trabalhos.

Mesmo diante dessas dificuldades financeiras, a APAE de Votuporanga tem como objetivo ser uma escola de educação especial reconhecida no município como referência na prevenção, nos processos de reabilitação, habilitação, pautados no desenvolvimento humano social.

Para isso tem alguns objetivos em seu Plano de Trabalho.

Objetivos Geral: Oferecer atendimento especializado a pessoas com deficiência intelectual, proporcionando-lhe condições necessárias para desenvolvimento de suas potencialidades, levando-os a inclusão social.

Objetivos Específicos:

- a. Estimular e potencializar as famílias e comunidade no processo de proteção social às pessoas com deficiência;
- b. Identificar situações de dependência;
- c. Prevenir a institucionalização e a segregação das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- d. Promover acessos a benefícios e serviços sócio assistenciais;
- e. Promover acessos a serviços setoriais, em especial das políticas de educação, saúde, cultura, esporte e lazer existentes no território e no município, contribuindo para o usufruto dos usuários aos demais direitos;
- f. Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários;
- g. Contribuir na garantia da acessibilidade e tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, viabilizando a condição de seu alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, tecnologias, sistemas e meios de comunicação, conforme o conceito do desenho universal e as normas da ABNT;
- h. Fornecer, suporte aos equipamentos da política de assistência social e de outras políticas setoriais na perspectiva do enfrentamento e superação das barreiras atitudinais, sociais, culturais econômicas, arquitetônicas e tecnológicas, contribuindo para autonomia e protagonismo das pessoas com deficiência;
- i. Propiciar orientações aos equipamentos sócio assistenciais, Inter setoriais e demais órgãos, quanto aos direitos e necessidades das pessoas com deficiência, buscando a desconstrução de mitos e preconceitos e possibilitando a inclusão social;
- j. Ingresso ao Projeto será através de demanda espontânea de membros da família e/ou comunidade; Busca ativa; por encaminhamento dos serviços sócio assistenciais e demais políticas públicas setoriais; por encaminhamento dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. **(GIANOTI, MARCIA, APAE VOTUPORANGA – SP, PLANO DE TRABALHO 2017 MUNICIPAL, INCISO XIII)**

A APAE realiza seu trabalho de maneira interventiva e preventiva, tendo em sua metodologia: Estimulação Precoce Sensório Motora, Oficinas Socioeducativas, Oficina Terapêutica, Teatro, Dança e Música.

É importante ressaltar que a estimulação precoce aprimora e intensifica o desenvolvimento motor das crianças desde o seu nascimento, potencializando o aproveitamento da sua capacidade de aprendizagem e de adaptação ao meio ambiente. Ao brincar, permite que essas crianças com deficiência intelectual, pratique e domine, muitas habilidades para o crescimento e desenvolvimento futuro, por isso é muito importante o trabalho de estimulação precoce. Para isso a APAE de Votuporanga conta com uma equipe de excelentes profissionais

remunerados e voluntários, tais como: Fonoaudióloga, Psicóloga, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Assistente Social, Educador Físico, entre outros.

3.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Para solicitar um recurso financeiro para uma finalidade específica para um Órgão Público ou até mesmo para uma Empresa Privada é necessário apresentar um **Plano de Trabalho** e neste plano de trabalho é necessário constar algumas informações sobre o projeto, tais como: Tipo de Parceria, Identificação da Ação, Identificação da OSC, Identificação do Responsável Legal, Identificação do Técnico Responsável, Área de Atuação, Nome do Serviço, Descrição do Serviço, Período de Execução, Público Atendido, fazer uma Apresentação da Entidade, fazer uma Justificativa de tal pedido, expor seus Objetivos, suas Metas, sua Metodologia, Cronograma de Atividades Semanal e Mensal, Quadro de Recursos Humanos, Plano de Aplicação dos Recursos e o Cronograma de Desembolso Mensal.

Uma vez recebido os recursos tanto do Setor Público quanto do Setor Privado, cabe a entidade recebedora prestar contas à sociedade da utilização destes. Os gestores devem disponibilizar como foram aplicados os recursos recebidos.

A seguir apresentaremos um pedido de recursos feito pela APAE de Votuporanga junto aos órgãos público Municipal, Estadual e Federal para um cofinanciamento de uma proposta de Assistência Social.

Demonstraremos o Quadro de Recursos Humanos Contratados para o projeto, demonstraremos o seu Plano de Aplicação do Recurso Financeiro e o Cronograma de Desembolso Mensal dos recursos solicitados, especificando os valores solicitado a cada órgão público e sua destinação, e por fim mostraremos um quadro de captação de recursos próprios.

QUADRO DE RECURSOS HUMANOS CONTRATADOS

Qtd.	Formação	Cargo	Carga Horária	Fonte Pagadora	Vínculo Empregatício
2	Serviço Social	Assistente Social	30h	R.E / R.P	CLT
1	Psicologia	Psicóloga	15h	R.P	CLT
7	2º Grau	Monitores	40h	R.M	CLT
1	1º Grau	Cozinheira	40h	R.F	CLT
1	1º Grau	Aux. Cozinha	40h	R.M	CLT
3	1º Grau	Serviços Gerais	40h	R.M	CLT

Obs: A fonte pagadora do Assistente Social era R.E e R.F, mas os valores pedidos não estavam batendo. Por conta disto mudei para R.P a fonte pagadora, deixando apenas a Cozinheira como Recursos Humanos do R.F.

PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO DO COFINANCIAMENTO MUNICIPAL

TIPOS DE DESPESAS	VALORES	
RECURSOS HUMANOS	R\$	164.976,00
SERVIÇOS DE TERCEIRO	R\$	43.640,00
MATERIAIS DE CONSUMO	R\$	36.123,00
TOTAL DE DESPESAS	R\$	244.739,00

PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL

TIPOS DE DESPESAS	VALORES	
RECURSOS HUMANOS	R\$	25.032,00
MATERIAIS DE CONSUMO	R\$	20.757,80
TOTAL DE DESPESAS	R\$	45.789,80

PLANO DE APLICAÇÃO DO RECURSO FINANCEIRO DO COFINANCIAMENTO FEDERAL

TIPOS DE DESPESAS	VALORES	
RECURSOS HUMANOS	R\$	17.268,00
MATERIAIS DE CONSUMO	R\$	7.032,00
TOTAL DE DESPESAS	R\$	24.300,00

MEIOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A ENTIDADE

FONTE	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Telemarketing	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sócio Contribuinte	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Promoções			X	X	X	X	X			X	X	X
Doações	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

3.2 PRESTAÇÃO DE CONTAS

Fazer prestação de contas é provar com documentos onde foi gasto o dinheiro do Convênio. Por isso, é muito importante ficar atento desde o recebimento dos recursos até o momento em que a prestação de contas seja entregue e aprovada.

Apresentaremos exemplos de duas demonstrações contábeis importantes para toda empresa.

- Demonstração do Resultado do Exercício
- Balanço Patrimonial

Lembrando que os valores a serem apresentados de receitas e despesas de cada demonstração contábil, são valores **fictícios**.

Demonstração do Resultado do Exercício		Folha:1
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS		CNPJ: 45.166.030/0001-00
Período: 01/01/2018 A 31/12/2018		
Receitas		
CONTRIBUIÇÕES/PROMOÇÕES	R\$	311.106,50 C
Doações em Dinheiro	R\$	27.568,24 C
Receitas de Telemarketing	R\$	99.587,52 C
Doações de Entidades Privadas	R\$	9.000,00 C
Promoções Diversas	R\$	125.463,63 C
Outras Receitas	R\$	49.487,11 C
SECRETARIA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$	335.315,00 C
PPD Federal	R\$	24.300,00 C
SUBV. Municipal - Cofinan.	R\$	244.739,00 C
PPD Estadual	R\$	45.789,80 C
CMDCA	R\$	20.486,20 C
ISENÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$	80.187,05 C
Cota Patronal INSS	R\$	76.368,62 C
Pis sobre Folha de Pagamento	R\$	3.818,43 C
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$	4.063,15 C
Descontos Obtidos	R\$	1.365,00 C
Rend. Rec. Financeiras PPD Federal	R\$	15,35 C
Rend. Rec. Financeiras PPD Estadual	R\$	37,13 C
Rend. Rec. Financeiras SUBV. Municipal	R\$	2.351,39 C
Rend. Rec. Financeiras CMDCA	R\$	294,28 C

Despesas			
RECURSOS PRÓPRIOS	R\$	96.375,39	D
Água / Energia Elétrica	R\$	3.524,63	D
Aluguel	R\$	2.000,00	D
Bens de Natureza Permanente	R\$	16.845,32	D
Manutenção e Reparos de Bens	R\$	6.356,06	D
Despesas com Promoções Beneficentes	R\$	19.546,25	D
Telefone	R\$	453,36	D
Higiene e Limpeza	R\$	2.654,36	D
Convênio Médico	R\$	13.656,45	D
Material de Consumo	R\$	2.451,96	D
Serviços de Terceiros	R\$	9.000,00	D
Despesas c/ Telemarketing	R\$	19.887,00	D
DESPESA COM PESSOAL	R\$	209.981,94	D
Recursos Humanos	R\$	158.697,34	D
13º Salário	R\$	15.869,74	D
Férias	R\$	21.635,35	D
FGTS	R\$	13.779,51	D
DESPESAS COM VEÍCULOS	R\$	14.061,54	D
Combustível / Lubrificantes	R\$	9.696,45	D
Consertos e Reparos	R\$	457,24	D
Licenciamento	R\$	867,06	D
Seguros	R\$	3.040,79	D
DESPESAS FINANCEIRAS	R\$	5.191,22	D
Juros Passivo	R\$	869,34	D
Despesas Bancárias	R\$	4.321,88	D
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE GRATUIDADE	R\$	80.187,05	D
Cota Patronal INSS	R\$	76.368,62	D
Pis sobre Folha de Pagamento	R\$	3.818,43	D
PPD FEDERAL	R\$	24.300,00	D
Recursos Humanos	R\$	17.268,00	D
Material de Consumo	R\$	7.032,00	D
PPD ESTADUAL	R\$	45.789,80	D
Recursos Humanos	R\$	25.032,00	D
Material de Consumo	R\$	20.757,80	D
SUBV. MUNICIPAL	R\$	244.739,00	D
Recursos Humanos	R\$	164.976,00	D
Serviços de Terceiros	R\$	43.640,00	D
Material de Consumo	R\$	36.123,00	D
= Superávit	R\$	10.045,76	

VOTUPORANGA, 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Obs: PPD (Programa de Parcelamento de Débito) / CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente)

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS**CNPJ:** 45.166.030/0001-00**Período:** 01/01/2018 A 31/12/2018

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		PASSIVO CIRCULANTE	
CAIXA	R\$ 143.529,91	FORNECEDORES	R\$ 196.007,11
BANCOS	R\$ 36.080,44	SALÁRIOS A PAGAR	R\$ 365.973,34
APLICAÇÕES	R\$ 56.352,32	ENCARGOS S/ SALÁRIOS	R\$ 51.284,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE		PATRIMÔNIO LIQUÍDO	
IMÓVEIS	R\$ 687.352,15	PATRIMÔNIO SOCIAL	R\$ 500.000,00
VEÍCULOS	R\$ 131.452,36	SUPERAVIT/ DÉFICIT	
MOVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 68.543,63	ACUMULADO	R\$ 10.045,76
TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.123.310,81	TOTAL PASSIVO	R\$ 1.123.310,81

VOTUPORANGA, DEZEMBRO DE 2018

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as entidades do Terceiro Setor são um conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos, das quais realizam atividades sociais, atividades onde o Estado muitas vezes não consegue alcançar. Estas atividades são complementares as atividades públicas, nas áreas da educação, assistência social, tecnologia e outras relevantes ao interesse social.

Muitos pensam que, por não terem fins lucrativos essas entidades não podem ter sobras em seus caixas, muitas vezes a pessoa que gerencia essas entidades são pessoas simples que querem abraçar a causa social, e por conta disto acabam gerindo essas entidades de forma errônea, pois não se tem conhecimento específico na área que estão se envolvendo. Por isso é muito importante esses gestores terem um contador próximo auxiliando na gestão dessas entidades e apresentando relatórios contábeis de forma simples, onde qualquer leigo consiga entender as informações ali contidas.

Outro ponto importante é a concessão de benefícios financeiros e fiscais, do qual o Governo procura auxiliar o setor concedendo essa isenção ou imunidade, que por sinal são valores bem expressivos.

O administrador do Terceiro Setor deve definir seus objetivos ou resultados a serem alcançados, bem como os meios para realiza-los. Portanto é de grande importância que esse administrador tenha um projeto do que se pretende realizar, pois esse item é o instrumento mais próximo da execução.

No estudo de caso vimos a importância dos trabalhos realizados pela APAE de Votuporanga. Além dos atendimentos realizados na cidade sediada pela APAE, pudemos ver que a entidade busca atender usuários de outros municípios. Esse tipo de conduta gera credibilidade à aquelas pessoas que querem contribuir para a continuidade da Entidade e até mesmo para conseguir recursos financeiros do Governo Municipal, Estadual e Federal, além de receber recursos dos próprios municípios onde fazem atendimento.

Fazer a prestação de contas desses recursos dentro das formalidades é algo importantíssimo, pois é com a prestação de contas que você irá demonstrar para onde estão indo os recursos financeiros obtidos aos interessados e até mesmo para os contribuintes.

5.REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, **Manual De Procedimentos Contábeis Para Fundações E Entidade de Interesse Social.** 2º Ed. 2007. Disponível em: http://www.cfc.org.br/uparq/Manual_procedimentos2008.pdf. Acesso em: 11 de maio de 2019.

GOMES, A. A Imunidade e A Isenção De Impostos Às Entidades Sem Fins Lucrativos. **Jusbrasil.** (2016) Disponível em: <https://adryellegomes.jusbrasil.com.br/artigos/294191011/a-imunidade-e-a-isencao-de-impostos-as-entidades-sem-fins-lucrativos>. Acesso em: 11 de maio de 2019.

GIANOTI, M. **Estatuto Social da APAE de Votuporanga.** Disponível em: <http://site.siteargus.com.br/440/estatuto/440>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

GIANOTI, M. **APAE Votuporanga – SP, Plano de Trabalho Municipal.** Disponível em: <http://site.siteargus.com.br/440/vertransparencia/607>. Acesso em: 18 de maio de 2019.

SILVA, R. **Teorias da Administração.** 2º ED. (local): Pearson, 2008. Disponível em: (<https://bv4.digitalpages.com.br/?term=teorias%2520da%2520administra%25C3%25A7%25C3%25A3o&searchpage=1&filtro=todos&from=busca&page=-14§ion=0#/legacy/3789>). Acesso em: 18 de maio de 2019.